

TOMADA DE PREÇOS Nº 677/2016	
ABERTURA:	20 de dezembro de 2016
HORÁRIO:	09h30min
LOCAL:	Sala de Licitações da CRM
TIPO:	MENOR PREÇO

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO (CRM), através da Comissão Especial de Licitações (CEL), torna público, para conhecimento dos interessados, que, para a contratação do objeto abaixo discriminado, processará o presente certame licitatório, em sintonia com os ditames da Lei Federal nº 8.666/93, com atualizações, e as disposições insculpidas neste Edital. Os Envelopes contendo os documentos para a **HABILITAÇÃO** (ENVELOPE nº 1) e a **PROPOSTA** (ENVELOPE nº 2) deverão ser entregues no local, até o dia e horário acima fixados.

1 - DO OBJETO

É objeto desta licitação a **contratação de empresa especializada para a construção de mezanino no almoxarifado da Mina de Candiota**, no município de Candiota (RS), em regime de empreitada por preço global, em conformidade com as disposições do **ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA)** e dos demais anexos que são partes integrantes e complementares deste Edital para todos os efeitos legais.

2 - DA OBTENÇÃO DO EDITAL E DE SEUS ANEXOS

O Edital de Licitação, com seus elementos constitutivos, poderá ser obtido no endereço eletrônico **www.crm.rs.gov.br**, ou adquirido e retirado na sede da CRM, na sala de Editais e Contratos, das 8h30min às 11h30min, e das 13h30min às 16h30min, até o dia útil que anteceder a data de entrega dos Envelopes, mediante o pagamento, na Tesouraria, de emolumentos no valor de R\$ 10,00 (dez reais) (parágrafo 5º, art. 32 da Lei nº 8.666/93).

3 - DOS ENVELOPES

Os Envelopes contendo os Documentos de Habilitação (ENVELOPE nº 1) e a Proposta de Preços (ENVELOPE nº 2) deverão ser entregues e devidamente protocolados na Sala de Licitações da CRM, na Rua Botafogo 610, Bairro Menino Deus, em Porto Alegre (RS), na data e horário indicados no preâmbulo, fechados, não transparentes, contendo na parte externa e frontal, os seguintes dizeres:

Tomada de Preços nº 677/2016



no ENVELOPE nº 1:

TOMADA DE PREÇOS nº 677/2016
COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO
ENVELOPE nº 1: DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Proponente:
CNPJ:
Fone/Fax/e-mail:.....
Data da Abertura:

no ENVELOPE nº 2:

TOMADA DE PREÇOS nº 677/2016
COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO
ENVELOPE nº 2: PROPOSTA DE PREÇO

Proponente:
CNPJ:
Fone/Fax/e-mail:.....
Data da Abertura:

4 - DA HABILITAÇÃO

O Envelope nº 1 (DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO), deverá conter, obrigatoriamente, os documentos relacionados a seguir, os quais poderão ser apresentados no original ou por cópia autenticada por cartório competente ou por membro da Comissão de Licitações da CRM:

4.1 - Dos documentos relativos à capacidade jurídica:

- 4.1.1 - Registro comercial, no caso de Empresário (antiga empresa individual);
- 4.1.2 - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de Sociedades Empresariais, e, no caso de Sociedades por Ações, acompanhados dos documentos da eleição da atual administração;
- 4.1.3 - Inscrição do ato constitutivo, no caso de Sociedades Civis, acompanhada da prova da diretoria em exercício;
- 4.1.4 - Para viabilizar a aplicação do tratamento diferenciado previsto pela Lei Complementar nº 123/2006, as microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar declaração de enquadramento (modelo do **ANEXO II**) e certidão expedida pela Junta Comercial.

4.2 - Dos documentos relativos à regularidade fiscal:

- 4.2.1 - Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, compreendendo a Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais, à Dívida Ativa da União e às Contribuições Sociais;
- 4.2.2 - Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante;
- 4.2.3 - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante;
- 4.2.4 - Certidão de Regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

4.3 - Do documento relativo à regularidade trabalhista:

- 4.3.1 - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), que poderá ser obtida nas páginas eletrônicas do Tribunal Superior do Trabalho (<http://www.tst.jus.br>), do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (<http://www.csjt.jus.br>) e dos Tribunais Regionais do Trabalho na Internet, as quais manterão hiperlink de acesso ao sistema de expedição.

4.4 - Declaração de Cumprimento:

- 4.4.1 - Declaração da licitante, sob as penas da lei, de que cumpre a determinação constante do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (**modelo consta do ANEXO III**).

Tomada de Preços nº 677/2016



4.5 - Dos documentos relativos à qualificação técnica:

4.5.1 - Comprovação de que a licitante realizou visita ao local da execução dos serviços, ocasião em que será fornecido o “Atestado de Visita” pela Mina de Candiota, não podendo posteriormente haver alegação de desconhecimento de qualquer circunstância relacionada com a natureza, abrangência e nível de detalhamento dos serviços. A visita deverá ser agendada com antecedência pelo telefone 53 3245-7077 ou pelo e-mail roberto.freitas@crm.gov.br, com o Sr. Roberto Freitas, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, das 8h às 12h e das 13h às 17h;

4.5.2 - Certificado de Registro de Pessoa Jurídica emitido pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), dentro de seu prazo de validade, bem como o Certificado de Registro Profissional, também emitido pelo CREA, de seus responsáveis técnicos. Este último é exigido apenas se o(s) responsável(eis) técnico(s) não constar(em) do primeiro;

4.5.3 - Comprovação de aptidão para desempenho da atividade licitada através da apresentação de atestado(s), fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, a quem a licitante tenha executado, com o regular cumprimento das obrigações contratuais assumidas, obras e serviços de construção compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto licitado, devidamente registrado(s) no CREA ou acompanhados da respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT) emitida pelo CREA, em nome de profissional(ais) de nível superior legalmente habilitado, que deverá comprovadamente estar vinculado e/ou contratado da licitante na data da apresentação de sua respectiva proposta, nos termos do parágrafo primeiro e inciso I, do art. 30, da Lei 8666/93.

4.6 - Do documento relativo à qualificação econômico-financeira:

4.6.1 - Balanço Patrimonial com as Notas Explicativas e Demonstrações Contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados pelo IGP-M, publicado pela Fundação Getúlio Vargas, quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta. O Balanço Patrimonial deverá estar transcrito no Livro Diário e esse registrado no órgão público competente e, para comprovação, deverá ser anexado o termo de abertura e encerramento do Livro Diário;

4.6.2 - ANEXO II do Decreto nº 36.601/96 e legislação posterior, devidamente preenchido;

4.6.3 - Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo Distribuidor do Foro da sede da pessoa jurídica.

OBSERVAÇÕES IMPORTANTES:

- a) As licitantes poderão apresentar as Certidões e Negativas de Débitos na forma em que obtidas através da Internet, sendo que a autenticidade das mesmas será posteriormente verificada pelo pregoeiro e/ou equipe de apoio, por meio eletrônico ou diretamente junto aos órgãos expedidores.
- b) As certidões que não contiverem menção sobre o prazo de sua validade, somente serão aceitas se emitidas há menos de 60 (sessenta) dias corridos da data da sessão pregão presencial.
- c) A apresentação do CERTIFICADO DE CAPACIDADE FINANCEIRA RELATIVA DE LICITANTE, emitido pela CAGE - Contadoria e Auditoria Geral do Estado, com endereço na Av. Mauá 1155, 4º andar, supre plenamente as exigências constantes dos subitens 4.6.1 e 4.6.2.
- d) No caso de apresentação do Anexo II do Decreto nº 36.601/96, será considerada habilitada a licitante que obtiver a Nota Final da Capacidade Financeira Relativa igual ou superior a 2,0 (dois).
- e) Para agilizar o julgamento, recomenda-se que o Anexo II do Decreto nº 36.601/96 seja preenchido previamente via eletrônica, através do endereço eletrônico www.sefaz.rs.gov.br, no link “Fornecedores”, opção SISACF - Sistema de Avaliação de Capacidade Financeira, caso em que o Certificado também será emitido eletronicamente.
- f) Empresas sujeitas ao Sistema Público de Escrituração Digital - SPED deverão apresentar, em substituição à exigência constante do subitem 4.6.1, cópia dos seguintes documentos:
 - Recibo de entrega de livro digital;

Tomada de Preços nº 677/2016



- Documento de autenticação de livro digital registrado na Junta Comercial ou o requerimento de autenticação de livro digital encaminhado à Junta Comercial;
- Termos de abertura e encerramento;
- O balanço patrimonial gerado no SPED CONTÁBIL;
- Uma cópia do Balanço publicado ou não com as respectivas Notas Explicativas.

5 - DA PROPOSTA

O Envelope nº 2 (PROPOSTA) deverá conter a proposta, a ser apresentada preferencialmente nos termos do modelo do ANEXO IV (MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO), em papel timbrado ou do qual conste carimbo de identificação da proponente, datilografada ou impressa por qualquer processo eletrônico, sem rasuras, ressalvas ou entrelinhas, redigida de forma clara, em português, assinada pela licitante ou representante legal, e da qual constando:

5.1 - o preço global para a execução do objeto, firme e irrevogável, com valor expresso em reais, com duas casas decimais, nele incluídos todos os custos a incorrer para adimplemento contratual, em especial com emolumentos, taxas e seguros de qualquer natureza, despesas com salários, honorários e/ou pro labore, diárias, deslocamentos e alimentação dos profissionais, se for o caso, encargos, fiscais, comerciais, previdenciários, trabalhistas e outros pertinentes ao objeto licitado, enfim, não restando nenhuma importância adicional devida pela CRM a que título for;

5.2 - planilha de custos detalhada, de acordo com as especificações constantes do Anexo VI;

5.3 - menção de que a validade da proposta é de 60 (sessenta) dias.

6 - DO PROCEDIMENTO

6.1 - No dia, horário e local indicados no preâmbulo deste Edital, em sessão pública, a Comissão Especial de Licitações receberá os ENVELOPES nº 1 e 2 e, em seguida, efetuará a abertura do ENVELOPE nº 1, sendo os documentos nele encontrados examinados e rubricados pelos membros da Comissão e participantes.

6.2 - Não serão aceitos envelopes abertos ou documentos, declarações e propostas por via *fac-símile* ou meio eletrônico.

6.3 - Na sessão inaugural, a critério da Comissão Especial de Licitação, poderão ser analisados os documentos contidos no ENVELOPE nº 1, e, em seguida, anunciado o resultado da Fase de Habilitação.

6.4 - Uma vez proferido o resultado da Habilitação e desde que tenha transcorrido o prazo regulamentar sem interposição de recurso, havido desistência expressa de recorrer, ou ainda, após terem sido julgados os recursos interpostos, os ENVELOPES nº 2 (PROPOSTA DE PREÇO), fechados, serão devolvidos aos participantes inabilitados, diretamente ou pelo correio.

6.5 - Concluída a Fase de Habilitação, será procedida a abertura dos ENVELOPES nº 2 (PROPOSTA DE PREÇO), fornecidos por participantes habilitados, sendo os documentos neles encontrados examinados e rubricados pelos membros da Comissão Especial de Licitações e licitantes representados na sessão.

6.6 - Em prosseguimento, as PROPOSTAS DE PREÇO serão examinadas quanto a sua pertinência, adequabilidade, exequibilidade e, por fim, classificadas segundo o critério de julgamento estabelecido.

6.7 - De todas as sessões públicas e reuniões reservadas da Comissão Especial de Licitações serão lavradas Atas Circunstanciadas.

7 - DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

7.1 - O julgamento desta Tomada de Preços será efetuado pela Comissão Especial de Licitações.

7.2 - Na Fase de Habilitação, será julgada inabilitada a licitante que:

7.2.1 - desatender qualquer exigência prescrita no item 4 deste Edital; e,

Tomada de Preços nº 677/2016



7.2.2 - sob demanda expressa, não apresentar o esclarecimento exigido no prazo definido pela Comissão Especial de Licitações.

7.3 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal de microempresa ou empresa de pequeno porte, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada a vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da CRM, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. A não regularização da documentação neste prazo implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93.

7.4 - O critério de julgamento das propostas é o do **MENOR PREÇO GLOBAL**.

7.5 - Serão desclassificadas as propostas que não estiverem em conformidade com as prescrições fixadas para esta Tomada de Preços ou que apresentarem preço manifestamente inexequível, consoante o disposto no art. 48, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93.

7.6 - Em caso de empate entre duas ou mais propostas, a decisão dar-se-á por sorteio público, para o qual a Comissão Especial de Licitações convocará os interessados, com a devida antecedência.

7.7 - As microempresas e empresas de pequeno porte cujas propostas sejam iguais ou até 10% superiores ao melhor preço, terão o direito de exercer a preferência assegurada pela referida legislação, de acordo com o que segue:

7.7.1 - a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

7.7.2 - não ocorrendo a contratação da primeira proponente, serão convocadas as empresas remanescentes na mesma condição, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

8 - DOS RECURSOS, DA HOMOLOGAÇÃO E DA CONVOCAÇÃO

8.1 - De todos os atos praticados no curso do procedimento licitatório, caberá recurso nos termos do que dispõe o art. 109 da Lei nº 8.666/93.

8.2 - Uma vez proferido o julgamento pela Comissão e não sendo registrada a interposição de recurso, ou tendo havido desistência expressa de recorrer, ou após o julgamento dos recursos interpostos, o processo licitatório será encaminhado à Diretoria da CRM, para homologação do procedimento e adjudicação do objeto à licitante vencedora do certame.

8.3 - Depois de adjudicado o objeto pela Diretoria da CRM, a licitante vencedora será convocada para a assinatura do contrato, no prazo de **03 (três) dias úteis** contados da data da notificação. O não cumprimento desta condição, no prazo estabelecido, sem qualquer manifestação, poderá implicar na perda do direito à adjudicação, sem prejuízo da aplicação de multa de 2% sobre o valor da proposta e das demais sanções previstas na lei, inclusive com a suspensão do direito de licitar.

8.4 - Previamente ao início da prestação, a licitante vencedora deverá apresentar à CRM documento informando:

- CNPJ e Inscrição Estadual do estabelecimento ou filial que emitirá as notas de cobrança;
- Tipo de documento de cobrança que será emitido (nota fiscal, nota fiscal fatura, conhecimento de frete, etc.);
- CFOP das notas de faturamento;
- Classificação fiscal de cada um dos produtos que serão vendidos (não incluir em caso de prestação de serviços sem venda de material);
- Tributação incidente sobre o faturamento, indicando cada um dos tributos, alíquota, base de cálculo e forma de cálculo;
- Retenções legais que deverão ser feitas pela CRM indicando cada um dos tributos, alíquota e base de cálculo;
- Comprovação legal de direito a tratamento tributário diferenciado, quando for o caso;

- Certidão de situação cadastral quanto ao ISSQN, obtida no *site* da Prefeitura de Porto Alegre: <http://www.portoalegre.rs.gov.br/smf/issqn/situacaocadastral/SituacaoCadastralPar.asp>;
- Nome, cargo, telefone e e-mail da pessoa de contato para esclarecimento de dúvidas em relação assuntos fiscais, tributários e contábeis do faturamento.

9 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1 - A apresentação de proposta evidenciará que a proponente examinou criteriosamente este Edital e os documentos que o integram, julgando-os suficientes para a elaboração de proposta voltada à execução do objeto licitado, em todos os seus detalhamentos e implica a total concordância com as suas condições, exceto quanto à(s) cláusula(s) tempestivamente impugnada(s) com decisão administrativa ainda não transitada em julgada.

9.2 - Até a data da assinatura do termo de contrato, poderá ser eliminada da licitação qualquer licitante que tenha apresentado documento(s) ou declaração(ões) incorreta(s), bem como aquela cuja situação de habilitação tenha se alterado após o início do processamento do certame licitatório, prejudicando o seu julgamento.

9.3 - É facultada à Comissão Especial de Licitações, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligências destinadas a esclarecer ou completar a instrução do procedimento licitatório, ou solicitar esclarecimentos adicionais às licitantes, que deverão ser satisfeitos no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

9.4 - Quaisquer dúvidas porventura existentes sobre o disposto no presente Edital deverão ser objeto de consulta, por escrito, à Comissão Especial de Licitações, através do e-mail elisabete.santana@crm.gov.br, com cópia para marcia.dias@crm.gov.br, ou na sede da Companhia Riograndense de Mineração, à Rua Botafogo 610, em Porto Alegre (RS), no horário comercial, de segunda-feira à sexta-feira, até o segundo dia que anteceder a data de abertura da licitação, as quais serão respondidas em até 24 (vinte e quatro) horas depois de esgotado o prazo de consulta. Demais informações poderão ser obtidas pelo Fone 51 3235-6000 / Fax: 51 3235-6070.

10 - DOS ANEXOS

Integram este Edital os seguintes anexos:

- a) ANEXO I: TERMO DE REFERÊNCIA;
- b) ANEXO II: DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO;
- c) ANEXO III: DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO;
- d) ANEXO IV: MODELO DE PROPOSTA;
- e) ANEXO V: MINUTA DE CONTRATO;
- f) ANEXO VI: PLANILHA DE CUSTOS (em arquivo digital);
- g) ANEXO VII: PLANTAS (em arquivo digital).

Porto Alegre (RS), 17 de novembro de 2016.

Luciana Munhós Gonçalves
Gerente de Editais e Contratos

Tomada de Preços nº 677/2016



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1 - DO OBJETO

Construir um mezanino metálico no almoxarifado do prédio administrativo para suprir as necessidades existentes.

2. DO LOCAL

O serviço deverá ser realizado na Companhia Riograndense de Mineração, no Município de Candiota.

3. DA ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO

3.1. O mezanino metálico será executado com 12 pilares, com uma carga de 300Kg/m² portando até 40.500Kg de carga uniformemente distribuídas.

3.2. Serviços preliminares:

3.2.1. Mobilização e desmobilização.

3.2.2 - Instalação provisória de obra.

3.2.3 - Engenheiro Responsável (parcial)

3.2.4 - Transporte diversos

3.2.5 - Alimentação, transporte de pessoal e hospedagens.

3.2.6 - EPI's, isolamentos e proteções.

3.2.7 - Maquinas e equipamentos.

3.2.8 - Limpeza permanente da obra.

3.3 - Serviços Mezanino (9 x 15 = 135m²):

3.3.1 - Fixar 12(doze) bases em chapas de ferro no piso existente.

3.3.2 - Instalação de 12 pilares conforme projetos.

3.3.3 - Instalação dos vigamentos conforme projeto.

3.3.4 - Instalação do piso em chapas metálicas.

3.3.5 - Instalação da escadaria metálica medindo 3 metros de altura e 1.20 metros de largura.

3.3.6 - Instalação dos guarda-corpos metálicos.

3.3.7 - Toda a estrutura será pintada com fundo e acabamento epóxi.

4. DOS MATERIAIS

4.1. Todos os materiais a serem empregados na construção deverão ser comprovadamente de boa qualidade.

4.2. Todos os materiais e equipamentos serão de responsabilidade e fornecidos pela contratada.

5. DOS ENTULHOS

Todos os custos referentes a entulhos serão de responsabilidade da contratada.

6. DOS FUNCIONÁRIOS

Todos os custos referentes à mão de obra serão de responsabilidade da contratada.

7. DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado através de depósito bancário, em conta corrente e todas as despesas dele decorrentes, como taxas, impostos, contribuições ou outras, serão suportadas pela contratada.

8. DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS

O critério de avaliação das propostas é o de menor preço.

Tomada de Preços nº 677/2016



9. DA JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO

Com o aumento de itens (material e/ou peças) em estoque na Mina de Candiota, faz-se necessário o aumento de área de estocagem.

A alternativa mais viável economicamente e de rápida implantação é a aquisição e montagem de mezanino metálico, dentro da área existente no atual almoxarifado da Superintendência da Mina de Candiota, visto que o pé direito do prédio comporta tal aplicação.

10. DA GARANTIA

Conforme o art. 618, do Código Civil, o Contratado responderá pela solidez da construção e pela segurança do trabalho, assim em razão dos materiais, como do solo, pelo prazo de 05 (cinco) anos.

11. DA VISITA TÉCNICA E ART

Será necessária a apresentação de certificado de visita técnica ao local da montagem do objeto, bem como responsável técnico com ART.

12. DA MOBILIZAÇÃO

Prazo de mobilização da contratada deverá ser de 15 (quinze) dias após a assinatura do contrato.

13. DO PRAZO DE ENTREGA

O prazo para entrega do objeto será de 30 (trinta) dias.

14. DAS PENALIDADES

As penalidades, em caso de atraso ou problemas no fornecimento, deverão seguir os padrões definidos pela Gerência de Suprimentos e Contratos.

15. DO GESTOR DO CONTRATO

Será designado o Sr. Roberto Freitas, Chefe dos Serviços de Almoxarifado, para gestor do contrato.

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO

(em papel timbrado)

(Nome da Empresa), inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, com endereço na Rua/Av. _____, nº _____, Bairro _____, no Município de _____ (____), neste ato representada na forma de seu contrato social, por seu(s) representante(s) legal(ais) ao final assinado(s), mediante o presente instrumento, para fins do Tomada de Preços nº _____/_____, promovido pela COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO (CRM), com abertura na data de ____/____/_____, DECLARA, sob as penas da lei, que se enquadra na categoria de _____ (microempresa ou empresa de pequeno porte), nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, e que permanece preenchendo os requisitos para este enquadramento até a presente data.

(Localidade), ____ de _____ de ____

(assinatura do outorgante)

Nome:

Posição/cargo na empresa:

Tomada de Preços nº 677/2016



ANEXO III

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO

....., inscrita no CNPJ sob o nº,
com sede na Rua/Av., nº, Bairro, no
Município de (.....), DECLARA que não emprega menores de dezoito anos em
trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo
na condição de aprendiz a partir de quatorze anos, em cumprimento aos termos do inciso XXXIII do
art. 7º da Constituição Federal, e inciso V, do art. 27, da Lei Federal nº 8.666/93, com a redação
determinada pela Lei Federal nº 9.854, de 27/10/1999.

(localidade e data)

Representante Legal
Cargo
Razão Social

Tomada de Preços nº 677/2016



ANEXO IV

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO, EM PAPEL TIMBRADO

À
COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO
Porto Alegre (RS)

Referência: Tomada de Preços nº 677/2016

Assunto: APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

Prezados Senhores:

Tem a presente a finalidade de apresentar a Vossas Senhorias a nossa proposta para a construção de mezanino no almoxarifado da Mina de Candiota, no município de Candiota (RS), em regime de empreitada por preço global, nos termos do Edital da Tomada de Preços nº 677/2016 e seus Anexos, conforme segue:

O preço global, com duas casas decimais, é de R\$ _____
(_____).

No preço ofertado estão incluídas todas as despesas nas quais devemos incorrer para o adimplemento contratual, em especial com emolumentos, taxas e seguros de qualquer natureza, despesas com salários, honorários e/ou pro labore, diárias, deslocamentos e alimentação dos profissionais, se for o caso, encargos, fiscais, comerciais, previdenciários, trabalhistas e outros pertinentes ao objeto licitado, enfim, não restando nenhuma importância adicional devida pela CRM a que título for.

Cumpre-nos informar que examinamos o Edital e seus Anexos com minudência, inteirando-nos das disposições contidas no mesmo, para a elaboração da presente proposta.

Tomada de Preços nº 677/2016



Outrossim, declaramos que:

- a) o prazo de validade desta proposta é de 60 (sessenta) dias, contado da data de apresentação;
- b) o Edital reuniu todas as informações necessárias, bem como, nos foram prestados os esclarecimentos pertinentes, permitindo-nos elaborar a presente proposta, de forma completa e total;
- c) todas as despesas com a preparação da presente proposta correrão unicamente por nossa conta;
- d) reconhecemos o direito da CRM de aceitar ou rejeitar todas as propostas, sem que assista qualquer direito indenizatório;
- e) estamos de pleno acordo com as condições de cobrança e pagamento estipuladas no Edital;
- f) assumimos inteira responsabilidade pelo fornecimento do objeto prescrito para esta licitação e nos sujeitamos às condições estabelecidas no Edital e seus Anexos.

Razão Social da proponente:

Endereço:

CNPJ:

Telefone:

Fax:

E-mail:

(localidade e data)

Representante Legal

Cargo

Razão Social

Tomada de Preços nº 677/2016



**ANEXO V
MINUTA DE CONTRATO**

CONTRATO CRM-SC/2016

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA A CONSTRUÇÃO DE MEZANINO NO ALMOXARIFADO DA MINA DE CANDIOTA QUE ENTRE SI CELEBRAM COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO (CRM) E

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO (CRM), sociedade de economia mista estadual, inscrita no CNPJ sob o nº 92.724.145/0001-53, com sede e foro nesta Capital, na Rua Botafogo 610, neste ato representada por seus Diretores, que ao final assinam na forma estatutária, a seguir denominada simplesmente **CRM**, e, inscrita no CNPJ sob o nº, com sede na Rua/Av., Bairro, no município de (..), neste ato representada em consonância com o disposto em seu Contrato Social, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, na melhor forma de direito, têm entre si justo e pactuado o presente contrato, em conformidade com as disposições da Lei nº 8.666/93, vinculado ao Edital da Tomada de Preços nº 677/2016, à proposta da Contratada e à planilha de custos que acompanha a proposta, que se regerá pelas cláusulas e disposições a seguir expressas:

Cláusula Primeira - DA ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA E DAS CONDIÇÕES GERAIS

1.1. Do objeto

Construir um mezanino metálico no almoxarifado do prédio administrativo para suprir as necessidades existentes.

1.2. Do local

O serviço deverá ser realizado na Companhia Riograndense de Mineração, no Município de Candiota.

1.3. Da especificação do serviço

1.3.1. O mezanino metálico será executado com 12 pilares, com uma carga de 300Kg/m² portando até 40.500Kg de carga uniformemente distribuídas.

1.3.2. Serviços preliminares:

1.3.2.1. Mobilização e desmobilização.

1.3.2.2 - Instalação provisória de obra.

1.3.2.3 - Engenheiro Responsável (parcial)

1.3.2.4 - Transporte diversos

1.3.2.5 - Alimentação, transporte de pessoal e hospedagens.

1.3.2.6 - EPI's, isolamentos e proteções.

1.3.2.7 - Maquinas e equipamentos.

1.3.2.8 - Limpeza permanente da obra.

1.3.3 - Serviços Mezanino (9 x 15 = 135m²):

1.3.3.1 - Fixar 12(doze) bases em chapas de ferro no piso existente.

1.3.3.2 - Instalação de 12 pilares conforme projetos.

1.3.3.3 - Instalação dos vigamentos conforme projeto.

1.3.3.4 - Instalação do piso em chapas metálicas.

Tomada de Preços nº 677/2016



1.3.3.5 - Instalação da escadaria metálica medindo 3 metros de altura e 1.20 metros de largura.

1.3.3.6 - Instalação dos guarda-corpos metálicos.

1.3.3.7 - Toda a estrutura será pintada com fundo e acabamento epóxi.

1.4. Da justificativa da aquisição

Com o aumento de itens (material e/ou peças) em estoque na Mina de Candiota, faz-se necessário o aumento de área de estocagem.

A alternativa mais viável economicamente e de rápida implantação é a aquisição e montagem de mezanino metálico, dentro da área existente no atual almoxarifado da Superintendência da Mina de Candiota, visto que o pé direito do prédio comporta tal aplicação.

Cláusula Segunda - DA EXECUÇÃO

A execução do presente contrato far-se-á sob a forma de execução indireta, regime empreitada por preço global, conforme o art. 10, da Lei nº 8.666/93.

Cláusula Terceira - DO PREÇO

3.1 - Pela execução do objeto, a CRM pagará à Contratada, o preço global de R\$ ____ (_____).

3.2 - O preço fixado acima é aceito pelas partes, entendido como justo e suficiente para o adimplemento contratual, apto a fazer frente a todos os custos a incorrer pela Contratada, em especial com emolumentos, taxas e seguros de qualquer natureza, despesas com salários, honorários e/ou pro labore, diárias, deslocamentos e alimentação dos profissionais, se for o caso, encargos, fiscais, comerciais, previdenciários, trabalhistas e outros pertinentes ao objeto licitado, enfim, não restando nenhuma importância adicional devida pela CRM a que título for.

Cláusula Quarta - DO RECURSO FINANCEIRO

As despesas decorrentes do contrato serão suportadas pela receita operacional da CRM, e lançadas à Conta de Orçamento de Caixa (COC) 40.40.10 - Investimento Operacional na Administração.

Cláusula Quinta - DO FATURAMENTO

5.1 - Da nota Fiscal/Fatura deverá conter a qualificação da CRM, o endereço Rua 24 de Março 850, Bairro Dario Lassance, Município de Candiota (RS), o CNPJ nº 92.724.145/0003-15, a Inscrição Estadual nº 344/0000275, a data de emissão, o valor, o destaque das retenções e o número deste contrato.

5.2 - À Contratada é vedado negociar ou efetuar a cobrança ou o desconto de duplicata(s) emitida(s) através da rede bancária ou com terceiros.

5.3 - Em caso de apresentação de cobrança bancária, o prazo de pagamento será contado a partir da data em que a Contratada protocolar, na Tesouraria da CRM, o pedido de baixa, anteriormente protocolado no estabelecimento bancário.

Cláusula Sexta - DAS RETENÇÕES

6.1 - Nas Notas Fiscais deverão ser destacados todos os impostos incidentes de acordo com o tipo de serviço:

- IRRF;
- INSS;
- ISS: de acordo com a Lei do Município;
- PIS;

Tomada de Preços nº 677/2016



- COFINS;
- CSLL.

6.2 - Se a empresa for optante do SIMPLES deverá apresentar, juntamente com cada nota fiscal, declaração de que é regularmente inscrita no Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Simples), conforme Anexo I, da Instrução Normativa SRF nº 459, de 18/10/2004, publicada no DOU de 29/10/2004, e posteriores alterações. A não apresentação desta declaração sujeita o prestador de serviço às retenções na fonte da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), e da Contribuição para o PIS/PASEP a que se refere o art. 30 da Lei nº 10.833, de 29/12/2003 e IRRF conforme IN SRF nº 23/1986.

6.3 - A empresa que possuir isenção, imunidade, diferimento, redução de base de cálculo de algum tipo de imposto, deverá destacar no corpo da nota fiscal a fundamentação legal.

6.4 - As notas fiscais que não estiverem preenchidas de acordo com as regras acima serão devolvidas ao fornecedor para a emissão de nova nota fiscal, contando-se o prazo de pagamento a partir da data do protocolo de recebimento da nova documentação preenchida de forma correta, sem erros e rasuras.

6.5 - O valor total da nota fiscal deve ser o mesmo valor do serviço.

Cláusula Sétima - DA FORMA DE PAGAMENTO

7.1. A CRM efetuará o pagamento no prazo de 20 (vinte) dias da entrada da nota fiscal/fatura devidamente aceita, mediante depósito ou transferência eletrônica para a conta corrente da Contratada, transação que resultará, automaticamente, na quitação do valor cobrado, não constituindo em mora qualquer atraso decorrente do sistema empregado pelo estabelecimento bancário.

7.2. A protocolização somente poderá se dar após a conclusão e liberação da obra por parte do Gestor.

Cláusula Oitava - DOS ENCARGOS MORATÓRIOS

O atraso de pagamento sujeita a CRM a suportar, além do principal, o montante correspondente à atualização monetária da parcela vencida, calculado com base na variação apurada para o IGP-M (Índice Geral de Preços de Mercado) pela Fundação Getúlio Vargas, para o período compreendido entre a data em que a obrigação se tornou exigível e a data do efetivo pagamento.

Cláusula Nona - DOS PRAZOS

9.1. O prazo de mobilização da contratada para a execução do serviço deverá ser de 15 (quinze) dias após a assinatura do contrato e deverá ser feito de acordo com o Edital, a proposta da Contratada e as cláusulas gravadas neste instrumento.

9.2. O prazo para a entrega do objeto será de 30 (trinta) dias.

Cláusula Décima - DA GARANTIA DA OBRA

10.1. O objeto do presente contrato possuirá garantia de 05 (cinco) anos, consoante dispõe o art. 618, do Código Civil, responsabilizando-se a Contratada por todos os encargos decorrentes.

10.2. Durante a vigência da garantia, o atendimento técnico será presado no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do chamado.

Cláusula Décima Primeira - DO RECEBIMENTO DO OBJETO

11.1. Concluídos os serviços, o seu recebimento dar-se-á pela CRM, por meio de vistoria conjunta realizada pela Contratada e pelo Gestor do presente contrato, especialmente designado para fiscalização e recebimento, mediante as seguintes condições:

11.1.1 Provisoriamente, pelo responsável pelo seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em 05 (cinco) dias;

11.1.2. Definitivamente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação ou vistoria de 30 (trinta) dias, que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais.

Cláusula Décima Segunda - DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES

12.1. Dos Direitos

Constituem direitos da CRM receber o objeto deste contrato nas condições avençadas e da Contratada perceber o valor ajustado na forma e no prazo convencionados.

12.2. Das Obrigações

Constituem obrigações da CRM:

- a) Efetuar o pagamento ajustado;
- b) Dar à Contratada as condições necessárias à regular execução do contrato.

Constituem obrigações da Contratada:

- a) Prestar os serviços na forma ajustada;
- b) Todos os custos referentes à mão de obra serão de responsabilidade da Contratada. Tais como encargos trabalhistas, previdenciários, assim como os encargos fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente contrato;
- c) Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- d) Apresentar durante a execução do contrato, se solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na presente licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;
- e) Se for o caso, recolher 1% (um por cento) do valor contratado em favor da Fundação de Ciência e Tecnologia (CIENTEC), nos termos da lei;
- f) Cumprir e fazer cumprir todas as normas regulamentares sobre Medicina e Segurança do Trabalho, obrigando seus empregados a trabalhar com equipamentos de proteção individuais;
- g) Apresentar a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) no início da execução do Contrato;
- h) Todos os materiais e equipamentos serão de responsabilidade e fornecidos pela Contratada;
- i) Todos os materiais a serem empregados na construção deverão ser comprovadamente de boa qualidade;
- j) Os custos referentes a entulhos serão de responsabilidade da Contratada;
- k) Providenciar a limpeza dos locais onde forem realizados os serviços, assim que eles forem concluídos.

Cláusula Décima Terceira- DAS PENALIDADES

13.1 - A inexecução total ou parcial de qualquer cláusula ou condição estipulada neste Contrato autoriza a CRM a imputar à Contratada, assegurada prévia defesa, as penalidades previstas no art. 7º da Lei nº 10.520/02, e nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, além das a seguir discriminadas:

13.1.1 - Advertência: pela execução insatisfatória ou pequenas falhas no desenvolvimento dos serviços.

13.1.2 - Multas:

- a) **5% (cinco por cento)** sobre o valor total do contrato pelo descumprimento de cláusula contratual ou norma da legislação pertinente;

- b) **2% (dois por cento)** por item executado de forma parcial ou em discordância com a planilha de custos;
- c) **1% (um por cento)** ao dia, limitado a dez dias, sobre o valor total do contrato, no caso de atraso na mobilização ou na entrega da obra. Atraso superior a dez dias em qualquer das etapas da obra é motivo para fundamentar a rescisão administrativa do ajuste;
- d) **10% (dez por cento)** sobre o valor total do contrato no caso de descumprimento total ou parcial, execução imperfeita, em desacordo com as especificações ou negligência na execução dos serviços contratados.

13.1.3 - Suspensão temporária do direito de licitar com a Administração Pública Estadual pelo prazo de até 02 (dois) anos, sem prejuízo da rescisão do contrato e da adoção das demais medidas legais e judiciais cabíveis, quando ocorrer:

- a) Apresentação de documentos falsos ou falsificados;
- b) Reincidência de execução insatisfatória dos serviços contratados, acarretando prejuízos à Contratante;
- c) Atraso injustificado na execução dos serviços, contrariando o disposto neste contrato;
- d) Reincidência na aplicação das penalidades de advertência ou multa;
- e) Irregularidades que ensejam a rescisão contratual;
- f) Ação no intuito de tumultuar a execução do contrato;
- g) Práticas de atos ilícitos, demonstrando não possuir idoneidade para licitar ou contratar com a Contratante;
- h) Condenação definitiva por praticar fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- i) Recusa injustificada de assinar o contrato.

13.1.4 - Declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública Estadual, no caso de falta grave, proposta ao competente Órgão do Governo, quando constatada a má-fé, ação maliciosa e premeditada em prejuízo do Contratante, evidência de atuação com interesses escusos ou reincidência de faltas que acarretem prejuízos ao Contratante ou aplicações sucessivas de outras penalidades.

13.2 - A penalidade de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, não isentando a Contratada da obrigação de indenizar eventuais perdas e danos.

Cláusula Décima Quarta - DA RESCISÃO

14.1 - O contrato a ser firmado poderá ser rescindido nas seguintes hipóteses:

14.1.1 - por ato unilateral e escrito da CRM, quando configurado um dos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93;

14.1.2 - amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo de licitação;

14.1.3 - judicialmente, nos termos da legislação.

14.2 - A rescisão do contrato com fundamento em uma das hipóteses abstratas previstas em 14.1.1 implicará na retenção de créditos da Contratada pela CRM, decorrentes do exercício contratual, até o limite dos prejuízos pelos quais for responsabilizada.

Cláusula Décima Quinta - DA INEXECUÇÃO DO CONTRATO

A Contratada reconhece os direitos da Contratante em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

Cláusula Décima Sexta - DA FISCALIZAÇÃO

Para exercer ampla fiscalização durante a fluência contratual, a CRM designa como Gestor e Fiscal do Contrato o Sr. Roberto Freitas, sendo o responsável pelo “aceite” de Notas Fiscais, acompanhamento da evolução dos serviços, assim como pelas comunicações à Contratada, sempre

Tomada de Preços nº 677/2016



que for o caso, a respeito da constatação de incorreções e não conformidades, para a devida reparação.

Cláusula Décima Sétima - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1 - O presente contrato somente terá eficácia depois de publicada a respectiva súmula no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul.

17.2 - A eventual tolerância da CRM, em qualquer hipótese de inadimplência da Contratada, não importará em novação ou renúncia de direitos, nem impedirá a CRM de exercer contra a Contratada a qualquer tempo, todos os direitos e prerrogativas que através do presente instrumento lhe são assegurados.

17.3 - Todas as comunicações relativas ao presente contrato serão consideradas como regularmente feitas, se entregues ou enviadas por carta protocolada, telegrama, fax ou e-mail informado na proposta, na sede dos contratantes.

17.4 - Os casos omissos ou duvidosos serão dirimidos por comum acordo entre as partes.

17.5 - Fica eleito o Foro da cidade de Bagé (RS) para solucionar eventuais divergências incidentes sobre a presente avença, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem de pleno acordo com estas cláusulas e condições, os contratantes lavram o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, que depois de lido, conferido e achado conforme em todos os seus termos, é assinado na presença das testemunhas abaixo elencadas, para que produza jurídicos e legais efeitos.

Porto Alegre (RS),

Pela CONTRATANTE:

Edivilson Meurer Brum
Diretor Presidente

Ricardo Guimarães Moura
Diretor Administrativo

Pela CONTRATADA:

Nome:

Cargo:

Testemunhas:

Assinatura: _____

Nome:

Nº CPF/RG:

Assinatura: _____

Nome:

Nº CPF/RG:

Tomada de Preços nº 677/2016

